

**Das coisas boas pode vir o mal?  
Indagações acerca do mal em Agostinho**

*From good things can evil come?  
Inquiries about evil in Augustine*

José Mozart Tanajura Júnior

Doutorando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

[mozart.filosofia@gmail.com](mailto:mozart.filosofia@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/6031037574788135>

**Resumo**

O artigo pretende discutir sobre a origem do mal em Agostinho, tendo por fundamento as obras Confissões e Livre-arbítrio. O filósofo cristão, após a sua conversão devido à pregação de Santo Ambrósio, busca compreender a origem do mal rebatendo a sua antiga crença maniqueísta. A pergunta fundamental deste trabalho “das coisas boas pode vir o mal?” nos leva a refletir filosoficamente sobre o mal presente não nas coisas ou seres criados por Deus, mas no interior do homem. Seria a vontade humana fonte do mal? O mal poderia existir para além desta vontade? Neste sentido, buscamos argumentar sobre a origem do mal não numa existência ontológica, mas moralmente presente nos atos e escolhas humanas. A existência ontológica do mal não se sustenta se considerarmos Deus sumamente bom. Assim, resta-nos perquirir a origem do mal a partir do livre-arbítrio humano. No entanto, o livre-arbítrio em si mesmo não é mal, pois fora criado por Deus. O mal, então, seria o não-ser? Esta questão nos impõe outra abordagem filosófica pautada na conceituação agostiniana de que o mal seria a ausência do bem.

**Palavras-chave:** Agostinho. Mal. Livre-arbítrio. Não-ser. Vontade.

**Abstract**

The article intends to discuss the origin of evil in Augustine, based on the works Confessions and On Free Choice of the Will. The Christian philosopher, after his exclusion due to the preaching of St. Ambrose, seeks to understand the origin of evil, refuting his old Manichean age. The fundamental question of this work "From good things can evil come?" leads us to reflect philosophically on the evil present not in things or



beings created by God, but in the interior of man. Is the human will the source of evil? What could exist beyond this will? In this sense, we seek to argue about the origin of evil, not in an ontological existence, but morally present in human acts and choices. The ontological existence of evil does not sustain itself if we consider God to be altogether good. Thus, it remains for us to investigate the origin of evil from human free will. However, free will in itself is not bad, as for one created by God. Is evil, then, non-being? This question imposes us another philosophical approach based on the Augustinian concept that evil would be the absence of good.

**Keywords:** Augustine. Evil. Free will. Non-being. Will.

## **Introdução**

Das coisas boas pode vir o mal? Neste caso, Deus, o Sumo Bem, autor da criação, seria o autor do mal? Assim iniciamos a nossa investigação filosófica buscando refletir sobre a origem do mal na concepção filosófica agostiniana. Antes de tudo, cabe uma nova indagação: o mal, o que é? Existe enquanto substância? Entre outras questões, vale mencionar que tais questionamentos formam a base de discussões e debates acalorados em torno do tema. Agostinho, por exemplo, rompeu com o maniqueísmo<sup>1</sup> quando percebeu que esta corrente do pensamento não lhe traria respostas convincentes para as suas dúvidas sobre o tema. Buscou construir um caminho próprio de argumentação tendo por pressuposto a sua fé cristã. Agostinho conhece bem as Escrituras e, com elas, chega à conclusão de que tudo o que é ente tem sua origem em Deus, que é essência, o Ser por excelência. Em suas obras, o filósofo se depara com outras questões tão sérias quanto as primeiras que elencamos: O mal é fruto das escolhas humanas equivocadas, proveniente da vontade humana? O mal poderia existir ontologicamente?

Agostinho nos apresenta em suas obras essa problemática do mal, retirando de Deus a culpabilidade da origem de algo nocivo ao ser humano. O mal, para o filósofo de Hipona, teria sua fonte originária diversa, que não residiria na perspectiva ontológica. Assim sendo, cabe-nos continuar a investigação filosófica sob outro viés, porém partindo da reflexão em torno de Deus, enquanto Ser bondoso por essência.

Com efeito, o mal não sendo existente substancialmente pode vir das ações e escolhas humanas, o que imputaria ao homem a origem do mal no exercício de seu livre-arbítrio. Mas eis aí

---

<sup>1</sup> O maniqueísmo é uma doutrina filosófico-religiosa, fundada por Mani, que defendia a igualdade de forças entre o mal e o bem, destacando que há presenças do mal no bem e vice-versa. Por algum tempo, o maniqueísmo foi aceito por Agostinho que rompe com esta corrente após se converter à pregação cristã de Santo Ambrósio. Compreendeu a incoerência de argumentação que havia no bojo do maniqueísmo em relação aos ensinamentos da doutrina cristã e de sua própria crença filosófica.



um dilema para Agostinho: o livre-arbítrio, sendo criado por Deus, e portanto, algo bom, pode dar origem ao mal, algo nocivo ao ser humano? Esse dilema será também discutido ao longo deste nosso trabalho.

### **A origem do mal está em Deus?**

Na obra *Livre-arbítrio*, de Santo Agostinho, logo no Livro I intitulado *O pecado provém do livre-arbítrio*, há um diálogo entre Evódio e Agostinho sobre a origem do mal. Evódio pergunta ao filósofo cristão se Deus seria o autor do mal. Agostinho o responde apresentando argumentos evidenciando a bondade de Deus e tentando discernir sobre o sentido do mal. Assim, proclamando Deus como autor bondoso de todas as suas criações, Deus não poderia ser fonte do mal. É o que afirma Agostinho: “Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom – e não nos é permitido pensar de outro modo – Deus não pode praticar o mal” (AGOSTINHO, 1995, p. 25).

O diálogo entre ambos prossegue em busca de autoria do mal. Neste sentido, Agostinho corrobora que há sim um autor, mas não seria um único, visto que a má ação é cometida não somente por uma única pessoa.

Ev<sup>2</sup>. Haverá então algum outro autor do primeiro gênero de mal, uma vez estar claro não ser Deus? Ag. Certamente, pois o mal não poderia ser cometido sem ter algum autor. Mas caso me perguntas quem seja o autor, não o poderia dizer. Com efeito, não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação. (AGOSTINHO, 1995, p. 25-26).

É nesta perspectiva que Agostinho busca no livre-arbítrio a solução para a autoria do mal, visto que o mal é algo praticado voluntariamente e sendo Deus justo, este poderia castigar ou recompensar os atos escolhidos pela humanidade: “Ora, elas [as más ações] não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário” (AGOSTINHO, 1995, p. 26).

Decerto, o mal, na visão agostiniana não é objeto de aprendizado, pois o verdadeiro aprendizado é proveniente da inteligência humana, e esta é dom de Deus e como tal é boa.

A instrução é sempre um bem, visto que tal termo deriva do verbo ‘instruir’. Assim, será impossível o mal ser objeto de instrução. Caso fosse ensinado, estaria contido no ensino e, desse modo, a instrução não seria um bem. Ora, a instrução é um bem, como tu mesmo já o reconheceste. Logo, o mal não se aprende. É em vão que procuras quem nos teria ensinado a praticá-lo. Logo, se a instrução falar sobre o mal, será para nos ensinar a evita-lo e não para nos levar a cometê-lo (AGOSTINHO, 1995, p. 26-27).

---

<sup>2</sup> Para fins de transcrição do texto original, decidimos manter as abreviaturas dos nomes Evódio, Ev. , e Agostinho, Ag., conforme se apresentam na obra, fonte das citações.



Neste sentido, para Agostinho (1995), praticar o mal seria uma renúncia aos ensinamentos recebidos, pois estes são essencialmente voltados para o bem. Mais uma vez a questão da escolha voluntária e livre entra no argumento ao afirmar que agimos mal não devido às instruções recebidas, mas por nossa livre escolha, dada pela capacidade do livre-arbítrio em nós. O ser humano é o responsável pelos seus atos escolhidos e praticados, pois “não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio” (AGOSTINHO, 1995, p. 52). Conclui-se, portanto, desse argumento que Deus não pode ser autor do mal, pois negaria a si mesmo, sendo Ele sumamente bom. Não há como coexistir em Deus, Ser Boníssimo, duas substâncias opostas, o bem e o mal. Deus não criou todos os seres e o universo com alguma matéria defectiva, pois se assim o fosse, Deus não carregaria em si a perfeição criacional. É preciso admitir que tudo o que Deus criou carrega em si a perfeição e a bondade de ser. A imutabilidade faz parte da essência divina. Então, diante disso, poderíamos ainda questionar se existiria uma causa eficiente para o mal. Siloe Cristina Erculino (2014) delimita a sua argumentação sobre a origem do mal segundo Agostinho em duas fases vivenciadas da reflexão deste filósofo:

A primeira, voltada para uma concepção materialista do mal e centrada em Deus, procura entender “onde está o mal?”. A segunda, deixa de buscar um princípio substancial do mal no mundo e volta-se para interioridade do homem. O verdadeiro mal seria, portanto, a deficiência da vontade ou livre-arbítrio que desvirtua a ordem divina (ERCULINO, 2014, p. 4).

Com efeito, a primeira fase esclarece que Deus não pode ser o autor do mal, já que há atributos de perfeição e bondade essencialmente ligados a Ele. A segunda fase, apontada por Siloe Erculino (2014), numa releitura nossa, é de cunho filosófico-moral, em virtude da investigação agostiniana sobre o mal no interior do homem, o que levaria a uma discussão argumentativa a respeito do desvirtuamento da vontade humana no uso do livre-arbítrio.

Neste sentido, devemos deslocar nossa investigação sobre a origem do mal para uma reflexão em torno do livre-arbítrio. Considerando que Deus, em sua bondade, orienta o ser do homem a buscar as coisas boas e ao seu constante aperfeiçoamento, Agostinho nos deixa a entender que há uma potencialidade do ser em se aprimorar tendo em vista a existência plena em Deus. Assim, a tríade agostiniana, no compasso da criação, a ordem, o número e a medida, existe em função da potencialidade de aperfeiçoamento do ser em busca da Bondade suprema, que é Deus. No entanto o ser humano é limitado e frágil, deixa-se envolver deveras por escolhas nem sempre acertadas e por isso defectíveis, o que provoca a não adesão ao bem, gerando ausência e privação. Tal mecanismo de privação ou ausência do bem é fonte geradora do mal, que, mesmo não



possuindo uma existência ontológica, se faz presente nos atos e escolhas humanas, sendo fruto do livre-arbítrio.

A ordem do real foi estabelecida por Deus, suas Ideias são o modelo a partir do qual todas as coisas foram criadas e o plano inteligível, o lugar das Formas, é o seu pensamento. Faz-se necessário indicar nesse momento que a matéria primordial era capaz de receber a forma composta pela tríade ordem, número, medida e, por essa razão, era boa (ERCULINO, 2014, p. 7-8).

Destarte, todas as coisas criadas por Deus carregam em si os germes da bondade divina, pois a ordem estabelecida por Ele é perfeita e justa. A matéria não pode ser má, pois Deus a plasmou e por meio dela compôs e dispôs todas coisas de sua criação essencialmente boas. Então, o mal teria a sua origem no homem? É o que investigaremos na seção seguinte abordando essa possibilidade no livre-arbítrio.

### **O livre-arbítrio, fonte do mal?**

Agostinho, após refletir sobre a impossibilidade da autoria do mal por Deus, admite que a origem do mal só pode ser encontrada nas coisas ou no uso que o homem faz das coisas. Como tudo o que Deus criou é bom, não há porque dizer que o mal se encontra originalmente nas coisas, pois isto nos levaria ao argumento circular, retornando o problema a Deus, enquanto criador. Neste sentido, resta-lhe investigar se o mal teria a sua origem no livre-arbítrio do homem. Daí surge outro problema: o mal sendo proveniente do livre-arbítrio corrompe a bondade de Deus? Isso porque quem dá ao homem o livre-arbítrio é Deus. Agostinho afirma que Deus realmente dá ao ser humano a liberdade de escolha, mas a escolha faz parte da autonomia do homem em seus atos. Dessa forma, o livre-arbítrio em si não seria a fonte do mal, mas o uso que se faz dele. O mal é originário do uso do livre-arbítrio humano que, disposto por ato voluntário, o pratica em suas escolhas e ações. Dessa forma, o mal não está nas coisas mesmas, mas no uso que delas fazemos.

Agostinho, assim, define o mal de forma hierárquica, uma vez que declara uma espécie de substituição ou passagem do eterno para o temporal, do superior para o inferior. Ou seja, o mal não está nas coisas ou no ser, mas no uso que o homem faz das coisas e da que posição isso ocupa em relação ao Sumo Bem. O homem erra pelo abuso do que é sensível, carnal e temporal. Não há um mal prévio, que sempre existiu na materialidade da criação e torna o mal inevitável. (CAMPELO; CARVALHO; SILVA, 2020, p. 43121).

Conforme vimos acima na citação de Campelo, Carvalho e Silva (2020), não há como admitir a existência de um mal prévio, pois isso anularia a bondade em Deus. Teríamos que reportar



novamente ao problema do bem e do mal coexistentes como argumentavam os maniqueístas. Admitir a existência do mal no princípio da criação é retirar do homem a responsabilidade por seus atos e deslocá-la para o próprio Deus. Não é à toa que Agostinho argui que o mal não pode estar nas coisas criadas por Deus, mas em nosso proceder a partir das escolhas fragilizadas e impróprias que fazemos.

E nada, a não ser a vontade, poderá destronar a alma das alturas de onde domina, e afastá-la do caminho reto. Do mesmo modo, é evidente ser preciso não censurar o objeto do qual se usa mal, mas sim a pessoa que dele mal se servia. (...) Ao mesmo tempo, o outro problema que nós nos tínhamos proposto, após a primeira questão: ‘O que é proceder mal?’, parece-me já termos resolvido com clareza, a saber: ‘De onde vem praticarmos o mal?’ (cf. I, 2,4). Se não me engano tal como a nossa argumentação mostrou, o mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade. (AGOSTINHO, 1995, p. 67-69).

Se o mal não está nas coisas, muito menos Deus seria o seu autor, afirmamos com Agostinho que o mal é proveniente da liberdade da vontade humana, que ele mesmo denominou de livre-arbítrio. Contudo indagamos com Evódio, por que Deus nos deu a possibilidade de utilizarmos mal o nosso livre-arbítrio? Agostinho tenta esclarecer a partir da autonomia que o ser humano possui para a escolha de seus atos. Esta autonomia dada por Deus é necessária ao ser humano para que ele livremente escolha o agir bem, não para simplesmente afastar-se do mal, mas sobretudo para cada vez mais aproximar-se de Deus na prática do bem e, com isso, configurar-se à bondade suprema:

Se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente. Ora, que ela tenha sido concedida para esse fim pode-se compreender logo, pela única consideração que se alguém se servir dela para pecar, recairão sobre ele os castigos da parte de Deus. Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar. Na verdade, como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade para o fim mesmo para o qual ela lhe fora dada? (AGOSTINHO, 1995, p. 74).

Não que Deus tenha dado o livre-arbítrio com a intenção de deixar o homem pecar, mas tão somente com a ideia perfeita de conceder liberdade de vontade ao homem para que este responda positivamente e livre de coerções ao plano divino de salvação, por seu próprio querer. E se o homem peca agindo mal é por seu próprio desejo; se pecasse movido por um ato involuntário, ou



seja, por não ter liberdade de escolha, aí sim residiria em Deus a origem do mal, antes mesmo na concepção do homem com ausência de liberdade e autonomia, visto que o homem seria apenas um ser manipulável nas mãos do criador. No entanto, como o homem possui livre-arbítrio para agir segundo a sua própria vontade, ele poderá responder moralmente por seus atos maus. Assim, o mal, tendo a sua origem no livre-arbítrio do homem, é proveniente das escolhas feitas. Agostinho se pergunta:

Por outro lado, continuava a me perguntar: ‘Mas quem me criou? Não foi o meu Deus, que não somente é bom, mas é ele a própria bondade? Como explicar que a minha vontade tenda para o mal e não para o bem? Será isso talvez uma punição justa? Quem plantou em mim esses germes de sofrimento e os alimentou, uma vez que sou criatura do meu Deus que é cheio de amor? Se foi o diabo, de onde vem ele? Se também ele se tornou diabo por sua própria vontade perversa, ele que era um anjo bom inteiramente criado por um Deus de bondade, de onde lhe veio essa vontade má que o tornou diabo?’” (AGOSTINHO, 1984, p. 173).

O livre-arbítrio não é essencialmente corrompido pelo mal, já que foi dado por Deus ao ser humano. Agostinho chega à noção de que o livre-arbítrio é corruptível pela escolha que o homem faz, devido a sua autonomia e liberdade; o livre-arbítrio é corruptível por seu uso, por uma má vontade disposta no interior do homem que em vez de se inclinar para as coisas boas em si mesmas, prefere render-se ao pecado e conseqüentemente ao mal. O livre-arbítrio é algo bom, pois criado Deus nos leva a estabelecer escolhas responsáveis segundo a ordem natural do desígnio salvífico proposto por Ele mesmo. É a possibilidade que temos de agir livremente em direção à vontade divina.

Mas a possibilidade em si de errar não é um mal. O livre-arbítrio é um bem médio, entre o corpo e as virtudes da alma. É inferior à virtude incorruptível porque a escolha pode ser boa ou má, ao mesmo tempo, é superior ao corpo porque permite a qualificação moral da ação. O livre-arbítrio é o bem que nos torna responsáveis e permite a justiça divina, através dele receberemos o mérito ou a culpa por nossos atos (ERCULINO, 2014, p. 15).

Por isso, afirmamos com Agostinho que a má vontade não pode vir de Deus, que é sumo bem, conforme já fora discutido. Deus não é autor do mal e por isso não se pode atribuir a Deus que nos tenha dado uma vontade, ou livre-arbítrio mal. Isso porque o livre-arbítrio é segundo as ordens das coisas algo criado bom, mas corruptível por nossas escolhas. A discussão agostiniana se encaminha para corroborar com o fato de que as coisas tendo sido criadas por Deus, e consideradas boas, são passíveis de mudança e corruptibilidade.



Vi claramente que as coisas corruptíveis são boas. Não se poderiam corromper se fossem sumamente boas, ou se não fossem boas. Se fossem absolutamente boas, não seriam corruptíveis. E se não fossem boas, nada haveria a corromper. A corrupção de fato é um mal, porém não seria nociva se não diminuísse um bem real. Portanto, ou a corrupção não é um mal, o que é impossível, ou – e isto é certo – tudo aquilo que se corrompe sofre uma diminuição de bem. Mas privadas de todo bem, deixariam inteiramente de existir” (AGOSTINHO, 1984, p. 187-188).

À medida que as coisas se corrompem, afastando-se do objetivo para o qual foram criadas, estas começam a se perder em sua própria existencialidade. Destarte, Agostinho pontua que a corrupção representa por si mesma um mal e é nociva, pois diminui um bem real. As coisas existem por serem boas, mas se são atingidas pelo mal, seja em uso ou escolha, deixam de ser o que são; deixam de existir como coisas boas.

Portanto, se são privadas de todo o bem, deixarão totalmente de existir. Logo, enquanto existem, são boas. Portanto, todas as coisas, pelo fato de existirem são boas. E aquele mal, cuja origem eu procurava, não é uma substância. Porque, se o fosse, seria um bem. (AGOSTINHO, 1984, p. 188).

Dessa forma, Agostinho conclui que o mal não pode ser definido como substância, pois se assim o fosse deveria existir um criador deste. Neste sentido, recairia em Deus a criação do mal ou ainda em outro ser oposto ao sumo bem. Na primeira hipótese, Deus não poderia ser considerado sumo bem tendo criado o mal, hipótese já rechaçada pelo filósofo. Na segunda hipótese, teríamos um outro ser oposto a Deus, também criador, com semelhante poder. Como não há lugar para duas substâncias eternas na filosofia agostiniana, não há como admitir a existência de um ser oposto a Deus com igual poder criador. Nessa perspectiva, o mal não poderia ter sido criado, pois, em virtude das teses apresentadas, não há, para Agostinho, verdade no argumento maniqueísta de que o bem e o mal têm forças idênticas no universo. Essa recusa à teoria maniqueísta leva Agostinho a reafirmar a sua crença filosófica no mal enquanto ausência de bem. Em outras palavras, o mal não existe ontologicamente. O mal é a defecção da vontade humana, que, em seu livre-arbítrio, escolhe as coisas inferiores em detrimento das superiores, distanciando-se de Deus, o Sumo Bem.

O mal é privação do Bem, corrupção, perversão da ordem, dissolução do ser e tendência ao nada, não existe como substância; é ausência de ser. O mal é privação da bondade e perfeição, é a ausência da tríade ordem, número e medida que o Sumo Bem estabeleceu em todas as coisas ao criar o mundo. O afastamento do Bem priva a participação do ser na perfeição divina, o que o corrompe, dissolvendo-o até sua completa destruição (ERCULINO, 2014, p. 4).

### **O mal seria o não-ser?**



Não há uma necessidade vital que existam opostos para a constituição dos seres. Os opostos existem contingencialmente ou mesmo acidentalmente por alguma ausência ou privação de algo necessário ao ser. Por exemplo, a luz é necessária ao ser, mas a escuridão, algo oposto, não o é, pois esta só existe na ausência de seu oposto vital, a luz. Não há como dissociar Ser e bem em Agostinho, ainda que exista uma hierarquização entre as coisas boas.

Somente o ser é, o ser existe; o mal não pode ser, pois é uma corrupção do ser que é essencialmente um bem. O mal não pode fazer parte da constituição ontológica do ser, nem sequer pode ser considerado um atributo ou ainda um aspecto contingencial ou mesmo acidental, pois o mal é mais próximo do nada, já que ele em si mesmo não existe enquanto tal.

Ao se afastar do bem, o ser se distancia de sua própria caracterização e essência ontológica, enfraquecendo o seu próprio modo de ser, tornando-se uma imagem lânguida e propícia a se encontrar com o nada. É neste percurso ontológico, diríamos assim, que a fragilização ontológica do ser tende a se aproximar do mal, enquanto ausência de sua força viva para a qual tende essencialmente. O mal irrompe de uma ausência essencial de ser. Neste sentido, é por meio do interior do homem que o mal surge.

Tanto a recompensa quanto o castigo são respostas às opções feitas pelos homens em seus atos livremente praticados, por meio do livre-arbítrio.

A vontade ao preferir bens inferiores a superiores perturba a ordem preestabelecida por Deus e inferioriza-se, inclinando-se ao erro, aos vícios e paixões, provocando a desordem e desarmonia. Isso a leva a aproximar-se e escolher o mal. Existe uma causa eficiente para a má vontade? Há defecção na vontade humana?

O mal não pode ser considerado uma questão ontológica ou natural, mas trata-se de uma questão moral. A cosmovisão agostiniana o leva a contemplar a realidade criacional de que tudo feito por Deus é bom e perfeito. Não há o mal na criação em si mesma.

A hierarquia de bens superiores e inferiores abre espaço para a noção de corruptibilidade na escolha desses bens feita pelo homem.

Agostinho, ao romper radicalmente com o Maniqueísmo, por não aceitar a possibilidade da existência do mal como força antagônica presente na criação de modo a ser algo com substância própria, permite-nos afirmar que o mal é de ordem antropológico-moral.

A mudança de Agostinho foi a saída de uma definição de mal ontológico-natural para uma concepção do mal antropológico-moral. [...] O mal para Agostinho não está ligado à criação, não vem de Deus, sequer está em um estado natural do homem. O mal ontológico não existe para Agostinho. O que existe é o mal moral,



cuja causa ele liga ao homem e seu livre arbítrio (CAMPELO; CARVALHO; SILVA, 2020, p. 43121).

Assim, o mal seria o não-ser. O uso que o homem faz das coisas é a causa originante do mal, visto que não há determinismo, pois este fere a ordem natural do plano criacional divino. Para Coutinho (2010, p. 129), ao refletir sobre a filosofia de Agostinho, “o mal não está nos objetos do querer humano, mas no mau uso que se faz deles mediante a vontade. Sendo causa ‘deficiente’ e não ‘eficiente’”.

Ora, todo bem procede de Deus. Não há, de fato, realidade alguma que não proceda de Deus. Considera, agora, de onde pode proceder aquele movimento de aversão que nós reconhecemos constituir o pecado – sendo ele movimento defeituoso, e todo defeito vindo do não-ser, não duvides de afirmar, sem hesitação, que ele não procede de Deus (AGOSTINHO, 1995, p. 143).

O mal inexistente ontologicamente. É fruto da defecção da vontade humana. É bem verdade que as coisas existem e são boas, mas podem deixar de ser o que são à medida em que sofrem corrupção pelo mau uso atribuído à vontade humana.

Diz Agostinho, “todas as coisas, pelo fato de existirem, são boas. E aquele mal, cuja origem eu procurava, não é uma substância.” (1995, p.90). Consequentemente, este abandona sua concepção do mal como ser e passa a entender o mal segundo a concepção de Plotino, que o definia como ausência do bem, ou especificamente como não-ser (CAMPELO; CARVALHO; SILVA, 2020, p. 43121).

O mal não pode ser entendido, portanto, como algo autônomo e de existência própria e necessária. O mal é o não-existente, pois sendo ausência de bem, ontologicamente não pode ser o que é, enquanto existente; inexistente sendo nada. Agostinho reverbera esta condição inexistente do mal ontologicamente e se apoia na perspectiva moral para que o mal apareça enquanto algo a partir do querer humano, livre e autônomo. É na escolha equivocada do ser humano que o mal se apresenta como tal, sendo algo que se inicia no interior do homem.

Para o hiponense o mal está no erro do homem em usar sua capacidade de escolha, por amar de forma desordenada as coisas da criação (inferiores), e colocá-las no lugar de Deus. Portanto, a criação é boa, mas as escolhas do homem são más, pois ele abusa do uso da criação (CAMPELO; CARVALHO; SILVA, 2020, p. 43121).

É neste sentido que Agostinho desenvolve seu pensamento filosófico sobre a origem do mal, cuja origem não se encontra no ato criacional divino, mas nas escolhas feitas pela humanidade ao longo de sua trajetória finita. Nas escolhas feitas, a pessoa livremente opta nem sempre por caminhos perfeitos. Em determinados momentos, as escolhas são más, provenientes de atos



voluntários que, na verdade, decorrem das paixões desordenadas que se sucedem no interior do ser humano.

### **Considerações finais**

A filosofia de Agostinho nos desperta para uma ampla reflexão em torno de questões essenciais de nossa existência humana. Agostinho, ao conceituar o mal e refletir sobre a sua origem, nos leva a indagar acerca de nossos atos oriundos de nosso querer. A vontade humana, autônoma e livre, é a principal responsável pelo aparecimento do mal em nossas ações.

Gillian Evans (1995) afirma que o filósofo cristão identificou a fonte do mal na vontade racional humana, isso porque o homem é dotado de livre-arbítrio e pode, a partir dele, escolher entre o bem e o mal. Ao distanciar-se do bem, aproxima-se do mal e, conseqüentemente, opta por não acolher os desígnios divinos. Isso não comprova uma existência determinista do ser humano, porque o livre-arbítrio dado por Deus quebra esta possibilidade. O homem, e somente ele, é o responsável por seus atos e escolhas.

Evidentemente que, ao ser criado bom por Deus, o homem estaria predisposto à bondade e à aproximação das realidades divinas. No entanto, no exercício corrompido da vontade e ao preferir as coisas inferiores às superiores na hierarquização de valores, degrada-se afastando do bem. Diante do enfraquecimento da boa vontade, o mal aparece nas escolhas e ações humanas, deturpando-as e levando ao desaparecimento do bem nas coisas. Por isso, Agostinho define o mal como ausência do bem, extinguindo a possibilidade do princípio do mal em Deus e entregando ao homem a sua total responsabilidade pela sua origem.

Assim, das coisas boas pode vir o mal? Tal hipótese cai por terra, uma vez que Deus, Suprema Bondade, é autor da criação. As coisas boas, provenientes de Deus, não possuem, em sua essência ou potência, o mal. Das coisas boas, portanto, não pode vir o mal, mas de suas formas corrompidas pela vontade humana.

### **Referências**

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1984.

AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1995.

CAMPELO, Moisses Bacelar; CARVALHO, Zillmara de Jesus Viana de; SILVA, Romilson Ferreira. A concepção de mal em Agostinho sob a influência do cristianismo. *International Journal of Development Research*, vol. 10, p. 43119-43123, 2020. Disponível em [https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/20606\\_0.pdf](https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/20606_0.pdf). Acesso em: 10 set. 2021.



COUTINHO, Gracielle Nascimento. O livre-arbítrio e o problema do mal em Santo Agostinho. *Revista Argumentos*, Fortaleza, nº 3, ano 2, p. 124-131, 2010. Disponível em [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3552/1/2010\\_Art\\_GNCoutinho.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3552/1/2010_Art_GNCoutinho.pdf). Acesso em: 10 set. 2021.

ERCULINO, Siloe Cristina do Nascimento. As origens do mal em Agostinho. *Pensando Revista de Filosofia*, Teresina, vol. 5, nº 10, p. 3- 16. 2014. Disponível em <https://revistas.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/1257>. Acesso em: 10 set. 2021.

EVANS, Gillian. *Agostinho sobre o mal*. São Paulo: Paulus, 1995.

**Recebido: 10-04-2022**

**Aceito: 20-06-2022**